



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
26º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO**

Conhecimentos Específicos

CONSTITUCIONAL

01- Assinale a alternativa ERRADA:

- a) Para Ferdinand Lasalle, em um sentido sociológico, a constituição de um Estado consiste na estrutura real de poder que existe na sociedade. Se a constituição escrita não refletisse essa estrutura, ela seria uma mera “folha de papel”.
- b) A constituição no sentido político, inspirado em Carl schmitt, consiste em uma decisão política fundamental do povo acerca da estrutura do Estado e dos direitos fundamentais. As demais normas seriam apenas formalmente constitucionais, por não tratarem de matéria tipicamente constitucional.
- c) A concepção jurídica de constituição, inspirada em Hans Kelsen, traz uma visão puramente normativa, dividindo-se em: a) sentido lógico-jurídico: é a norma fundamental hipotética, necessariamente pressuposta por qualquer ordenamento; b) sentido jurídico-positivo: é a norma positiva, escrita, que fundamenta todo o ordenamento jurídico. No caso do Brasil, seria a CF/88.
- d) A concepção cultural, ou culturalista, de constituição, inspirada em Konrad Hesse, afirma que nem sempre a constituição cede aos fatores reais de poder. Para essa concepção, haveria uma “vontade de constituição” capaz de mudar a realidade, obrigando as pessoas.

02- Acerca do Poder Constituinte Originário, assinale a alternativa correta:

- a) É exercido pelos órgãos legislativos para realizar emendas constitucionais
- b) Surge em momentos de ruptura com a ordem anterior, criando uma nova Constituição
- c) É a capacidade do Judiciário de interpretar a constituição de acordo com os casos concretos
- d) Refere-se à atribuição do Presidente para vetar dispositivos inconstitucionais.

03- A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, EXCETO:

- a) Independência nacional
- b) Não-intervenção
- c) Guerra justa
- d) Concessão de asilo político

04- Acerca dos direitos fundamentais, é correto dizer

- a) O direito à greve, previsto no art. 9º da Constituição, é norma autoaplicável.
- b) O direito à privacidade é uma norma de hierarquia superior em relação ao direito à informação.

- c) O direito à propriedade é cláusula pétrea na CRFB/88.

- d) A liberdade de expressão deve ser sempre suprimida quando há risco de desinformação.

5- São cargos privativos de brasileiro nato, EXCETO:

- a) Presidente da República
- b) Ministro do Supremo Tribunal Federal
- c) Procurador da República
- d) Oficial das Forças Armadas

6- Conforme a CRFB/88, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente.
- b) Os estrangeiros podem se alistar como eleitores.
- c) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- d) A garantia do desenvolvimento nacional é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

7- Qual é uma das principais funções do Ministério Público Federal?

- a) Julgar processos criminais.
- b) Exercer o controle externo da atividade policial.
- c) Defender os direitos individuais disponíveis
- d) Atuar como representante dos interesses do Estado em processos cíveis.

ADMINISTRATIVO

08 - Sobre autarquias federais, assinale a alternativa correta:

- a) Elas estão subordinadas hierarquicamente ao Presidente da República;
- b) Possuem personalidade jurídica própria e são fruto da desconcentração administrativa;
- c) Executam serviços públicos ou atividades econômicas em concorrência;
- d) Estão submetidas aos princípios básicos da Administração Pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

09 - A respeito da Lei de Improbidade (Lei nº 8.429/92) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Nos estritos termos da lei, não há mais hipótese de ato de improbidade culposos;
- b) Nos estritos termos da lei, basta a voluntariedade do agente para a configuração do dolo;
- c) A lei não permite que seja formulado pedido de indisponibilidade de bens dos réus em caráter antecedente;
- d) O estado do Amapá não tem legitimidade para



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
26º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO**

ajuizar ação por ato de improbidade.

10 - Sobre intervenção do Estado na propriedade, assinale a alternativa incorreta:

- a) O tombamento pode ocorrer de forma voluntária ou compulsória, assim como pode recair sobre bens públicos ou particulares;
- b) A servidão administrativa não modifica a propriedade do bem serviente;
- c) É possível que a requisição recaia não só sobre bens mas também sobre serviços;
- d) O município de Macapá pode desapropriar bens da União da mesma forma que a União pode desapropriar bens do município de Macapá.

11 - Sobre atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) Conforme o atributo da autoexecutoriedade, atos administrativos são presumidamente legais e verídicos;
- b) Dizer que o ato administrativo é composto é o mesmo que dizer que ele foi tomado por um órgão colegiado;
- c) O vício do excesso de poder ocorre quando a autoridade, embora busque atingir finalidade pública, exorbita sua esfera de competência;
- d) Um ato administrativo com vício de forma não pode ser convalidado.

12 - Sobre poderes administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) Todos os poderes administrativo são vinculados;
- b) O poder regulamentar permite que a Administração Pública modifique a lei, adequando-a ao caso concreto;
- c) O poder hierárquico existe apenas em organizações militares;
- d) O poder de polícia permite que a Administração Pública limite ou discipline direito, interesse ou liberdade de particulares em razão de interesse público.

PENAL

13 - Sobre o princípio da insignificância, marque a alternativa correta:

- a) a natureza jurídica do princípio é causa excludente da ilicitude;
- b) o reconhecimento do princípio da insignificância depende apenas de requisitos objetivos;
- c) o princípio da insignificância aplica-se apenas a crimes patrimoniais;
- d) o princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública.

14 - Acerca da aplicação da norma penal, marque a alternativa correta:

- a) o agente sempre responderá conforme a lei penal em vigor no momento em que praticado o crime;
- b) considera-se praticado o crime no momento do resultado da ação ou omissão típica;
- c) consideram-se como extensão do território nacional as embarcações brasileiras de propriedade privada que se achem em alto-mar;
- d) considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, sendo irrelevante o lugar onde se produziu o resultado;

15 - Segundo o disposto no Código Penal atualmente em vigor, marque a alternativa correta:

- a) a superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, em conjunto com a causa anterior, produzir o resultado;
- b) diz-se o crime tentado quando, iniciada a preparação, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente;
- c) nos crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o oferecimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário, o agente será isento de pena;
- d) considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

16 - No que se refere à prescrição em matéria penal, marque a alternativa correta:

- a) o Superior Tribunal de Justiça admite a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética;
- b) o Supremo Tribunal Federal entende que o prazo para a prescrição da execução da pena concretamente aplicada somente começa a correr do dia em que a sentença condenatória transita em julgado para ambas as partes;
- c) o prazo prescricional reduz-se pela metade quando o criminoso é, na data da sentença, menor de 21 (vinte e um) anos;
- d) o curso da prescrição interrompe-se pelo oferecimento da denúncia;

17 - Considerando a parte especial do Código Penal atualmente em vigor, marque a alternativa correta:

- a) deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional configura o crime de sonegação de contribuição previdenciária;
- b) falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro configura o crime de falsidade ideológica;
- c) destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia configura o crime de dano;
- d) importar ou exportar mercadoria proibida configura



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
26º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO**

o crime de descaminho.

PROCESSO PENAL

18 - No que se refere ao inquérito policial, marque a alternativa correta:

- a) o Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia;
- b) o inquérito policial é o único procedimento admitido pelo ordenamento jurídico brasileiro para apuração de infrações penais e sua autoria;
- c) nos crimes de ação pública, o inquérito policial sempre será iniciado mediante requisição do Ministério Público;
- d) a autoridade policial, caso entenda pela ausência de justa causa para oferecimento da denúncia, deverá mandar arquivar os autos de inquérito.

19 - No que se refere à competência no processo penal, marque a alternativa correta:

- a) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar os crimes políticos;
- b) compete à Justiça Eleitoral processar e julgar os crimes de responsabilidade de ministros de estado;
- c) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar o crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista;
- d) compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes conexos de competência federal e estadual;

20 - No que se refere ao processo penal e aos direitos humanos, marque a alternativa correta:

- a) o Supremo Tribunal Federal admite a execução provisória da pena após a condenação em segunda instância;
- b) em regra, embora o inquérito policial seja sigiloso, o processo penal deve ser público;
- c) o princípio do contraditório ocorre sempre antes da formação da prova, não se admitindo o contraditório diferido;
- d) em decorrência do direito de não produzir prova contra si mesmo, a conduta de atribuir-se falsa identidade perante a autoridade policial é atípica.

21 - Acerca da prova no processo penal, marque a alternativa correta:

- a) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida no inquérito policial;
- b) vestígio é toda prova produzida no inquérito policial sobre a qual não houve contraditório;
- c) considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e

manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

- d) viola o princípio da ampla defesa o juiz que nega perícia requerida pelas partes.

22 - Sobre ação penal, marque a alternativa correta:

- a) o Ministério Público é o titular da ação penal, razão pela qual não se admite a ação penal de iniciativa privada;
- b) a ação penal é pública condicionada à representação, salvo quando a lei expressamente prevê a possibilidade de atuação de ofício pelo Ministério Público;
- c) o Ministério Público poderá desistir da ação penal quando entender que o réu deve ser absolvido;
- d) o acordo de não persecução penal é exceção ao princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.

CIVIL

23- Acerca dos defeitos do negócio jurídico, é INCORRETO dizer que:

- a) Se ambas as partes procederem com dolo, qualquer uma delas poderá alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- b) Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa
- c) A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.
- d) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

24- Acerca da prescrição e da decadência, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- b) Não corre a prescrição entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.
- c) A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
- d) A prescrição ocorre em cinco anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

25- Quanto às obrigações, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
26º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO**

- b) A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes.
- c) Extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar
- d) Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação não for divisível, cada um será obrigado apenas pela sua parcela da dívida.

PROCESSO CIVIL

26- Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O processo começa por impulso oficial e se desenvolve por iniciativa das partes;
- b) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, salvo a atividade satisfativa;
- c) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum;
- d) Em nenhuma hipótese se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

27- Assinale a alternativa correta:

- a) “Jurisdição” e “competência” têm conceitos idênticos;
- b) Um incapaz possui capacidade de ser parte;
- c) embora o CPC estipule como dever das partes não opor resistência injustificada ao andamento do processo, ele não define essa prática como litigância de má-fé;
- d) Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes forem comuns as partes, o pedido e a causa de pedir.

28- Sobre as previsões do Código de Processo Civil a respeito do Ministério Público, assinale a alternativa incorreta:

- a) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos depois das partes;
- b) O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, salvo quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio;
- c) É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir;
- d) A participação da Fazenda Pública configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.

29 - Sobre Ação Civil Pública (ACP) e com base na Lei nº 7.347/85, assinale a alternativa correta:

- a) É vedado o ajuizamento de ACP para responsabilização por danos morais e patrimoniais causados por infração da ordem econômica;

- b) O Município de Macapá não tem legitimidade para ajuizar uma ACP;
- c) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei;
- d) A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer, mas não poderá ter por objeto o cumprimento de obrigação de não fazer.

30 - Com base nas previsões do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta sobre tutela de urgência:

- a) A tutela de urgência pode ter natureza antecipada ou cautelar;
- b) A tutela de urgência pode ser incidental, mas não pode ser antecedente;
- c) A tutela de urgência pode ser antecedente, mas não pode ser incidental;
- d) A tutela de urgência de natureza cautelar visa a satisfazer, antes do fim do processo, o direito pleiteado.

PORTUGUÊS

As questões de 31 a 33 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

A vida é laboratório de sonhos,
Uma viagem noturna à luz de lampião.
A vida é caminho de solitários,
É vale de nevoeiro, é solidão na multidão.
A vida é ponto de partida,
A vida é linha de chegada,
Uma contagem regressiva de pássaros em revoadas.

A vida é semente,
É rio,
É água,
É corrente.

A vida é o silêncio dentro do peito,
É o movimento lá fora.
A vida é o cárcere do tempo,
A vida é o olho d'água do agora.
(Vida, Valderi Sena)

31- Em qual dos trechos abaixo, o autor referiu-se especificamente à passagem do tempo?

- a) “A vida é o caminho dos solitários”.
- b) “A vida é o olho d'água do agora”.
- c) “A vida é folha em branco”.
- d) “A vida é ponto de partida”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
26º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
PROVA: DIREITO

32- No verso “A vida é laboratório de sonhos”. Qual a figura de linguagem está presente?

- a) Sinestesia.
- b) Antítese.
- c) Eufemismo.
- d) Metáfora.

33- “A vida é ponto de partida.” Neste verso, o termo destacado funciona como:

- a) aposto.
- b) objeto direto.
- c) sujeito.
- d) vocativo.

34- Quanto à colocação pronominal, assinale abaixo a alternativa que apresenta *erro*, de acordo com a norma culta da língua portuguesa.

- a) Amá-lo-ei para sempre.
- b) Ninguém viu-o sair para o trabalho.
- c) Ele o tinha como um pai.
- d) Não o vejo desde ontem.

35- Na frase “O homem chamou o eletricista”, o verbo CHAMOU é:

- a) Transitivo direto e indireto.
- b) Transitivo indireto.
- c) Transitivo direto.
- d) Intransitivo.

36- Assinale a frase em que a grafia do *porquê* está *incorreta*.

- a) Não revelou o motivo por que não foi ao jogo.
- b) Estavam ansiosos porque o dia já havia amanhecido.
- c) Ele não veio por que estava viajando.
- d) Eis o porquê da minha dúvida.

37- Assinale a alternativa em que está *correto* o uso do acento indicativo de crase.

- a) Já não agrada ir à Brasília.
- b) O cardápio é conveniente à todos.
- c) Ele passou a ser entendido à partir de suas ideias.
- d) Uma estrada liga a Suíça à Itália.

38- Assinale a afirmativa grafada *incorretamente*.

- a) Ele não sabe o porquê de sua própria tristeza.
- b) O evento era beneficente.
- c) Ter um emprego é um privilégio.
- d) Devemos ser fiéis aos nossos princípios.

39- Assinale a alternativa em que a concordância verbal *não está correta*.

- a) Mais de uma criança abandonaram a escola.
- b) O tomador sou eu.
- c) A multidão aplaudiu o artista.
- d) Reformam-se casas.

40- Em quais das alternativas abaixo, a palavra “bastante” pode ser classificada como um advérbio.

- a) Há bastante comida na geladeira.
- b) O remédio não é bastante.
- c) Você já falou o bastante!
- d) Ele já foi bastante rico.